



POSICIONAMENTO SOBRE A FEDERAÇÃO PARTIDÁRIA

As eleições de 2022 se avizinham e juntamente com esse processo os desafios que dele derivam.

Em 2018, ao final das eleições gerais, tomamos uma decisão corajosa: a de manter a Rede como um organismo vivo, orgânico e de luta pela sustentabilidade, mesmo convivendo com as vedações a que a cláusula de barreira nos submeteria e uma legislação partidária anacrônica. Quatro anos depois, vemos que foi uma deliberação acertada. A Rede Sustentabilidade cumpre seu papel histórico, renovando a política, inspirando, motivando esperanças. Organizou-se em todos os estados e, principalmente, está sendo um dos partidos de oposição mais consequentes no contraponto ao governo Bolsonaro, atuando com determinação no parlamento, no judiciário e na cidadania.

Cabe-nos agora, coerentes com essa história, compreender o cenário atual à luz das mudanças eleitorais e discernir o melhor posicionamento para que a REDE mantenha viabilidade e amplie sua importante atuação no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Distrital, nos Governos Estaduais e nos organismos vivos da sociedade brasileira. Assim, no atual cenário de normas que regulam o sistema partidário, julgamos que a Federação de Partidos é uma forma de fortalecer agremiações ideológicas e programáticas. No caso da Rede, a escolha correta de uma federação é o caminho para derrotar aqueles que rejeitam a sustentabilidade como alternativa ao modelo predatório e inviável vigente em nosso país.

E a escolha correta passa pela reafirmação do compromisso que assumimos, ao criar a Rede, de propor e lutar por um modelo de partido capaz de anunciar o caminho da mudança política e civilizatória a que se dá o nome de Desenvolvimento Sustentável. Não tem sido fácil a trajetória da Rede, não apenas pela rejeição dessa agenda no universo daquela que foi a primeira forma moderna de negacionismo: a negação da proteção ambiental como eixo necessário de qualquer projeto de crescimento econômico e desenvolvimento social inclusivo, com respeito aos direitos humanos, justiça e combate a quaisquer formas de discriminação e apartheid. Para a Rede, afrontar a política tradicional do poder pelo poder sempre foi uma necessidade estrutural, sem a qual é impossível construir o amálgama entre ambiente natural e social saudáveis e interdependentes. Hoje,



diante do impacto das mudanças climáticas, objeto de alerta dos ambientalistas há décadas, e da erosão contínua do sistema democrático, especialmente em nosso país, ao mesmo tempo em que constata a pertinência de seus propósitos, a Rede se sente motivada para ir adiante, consciente de que isso, mais do que nunca, significa um desafio de sobrevivência e de firmeza de princípios. Seus militantes e seus fundadores sabem que, fora disso, nada restará a não ser o caminho de se transformar num apêndice melancólico daquilo que nascemos combatendo: o poder político predador, sob cuja sombra jamais existirá uma sociedade justa, democrática e ambientalmente sustentável.

No passo que se prepara agora para dar, a Rede leva consigo essa consciência e essa identidade para oferecer aos parceiros, numa realidade em que o reforço da organização partidária acontece juntamente com a necessidade de vencer a injusta legislação de cláusula de barreira. Temos em comum responsabilidades redobradas diante da conjuntura de crise sanitária pandêmica que mobiliza o mundo, combinada com o pior momento da história do Brasil, abalado pelo desgoverno e projetos de desmonte democrático.

Nesse sentido, a Executiva Nacional da Rede já dialogou e continuará dialogando com partidos do campo democrático, popular e progressista, e inicia oficialmente tratativas com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) visando uma possível Federação Partidária.

Consideramos que cinco diretrizes programáticas devem nortear esse debate: I) a oposição radical e sistemática a Jair Bolsonaro e seu desgoverno, com o propósito de derrotá-lo em 2022; II) a mudança do modelo de desenvolvimento visando a construção de um projeto de desenvolvimento socialmente incluyente e ambientalmente sustentável; III) a compreensão da urgência de dar respostas institucionais coordenadas à crise climática, colocando-a na agenda política e construindo um Programa de Emergência Climática que tire o Brasil da vergonhosa condição de inimigo do meio ambiente e do bem estar global; IV) a luta incondicional pela plena restauração democrática, com respeito aos direitos humanos, proteção aos direitos indígenas, garantia de igualdade de gênero e repúdio a todas as formas de discriminação.; V) a defesa intransigente aos direitos dos povos indígenas como previsto em nossa constituição, especialmente para demarcação das terras indígenas como um direito originário.



Assim sendo, a Executiva Nacional da REDE compreende a importância de construir e fortalecer um campo democrático e sustentável imprescindível para os tempos atuais.

Acreditamos que atravessaremos 2022 contabilizando vitórias políticas e eleitorais, na luta indeclinável pelo Brasil que sonhamos.

Brasília, 20 de dezembro de 2021.

EXECUTIVA NACIONAL DA REDE SUSTENTABILIDADE